



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2010, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado-DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da ITUMBIARA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A (“ITE”) para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

SETOR ELÉTRICO

O Sistema de Transmissão Interligado Nacional

As primeiras linhas de transmissão do Brasil tinham por objetivo interligar as usinas geradoras aos centros consumidores. A partir da década de 60, com a centralização nas mãos da União do planejamento da expansão elétrica, esses sistemas radiais e isolados foram sendo conectados para formar o Sistema Interligado de Transmissão. Até recentemente o país tinha dois grandes subsistemas de transmissão: um para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; outro para o Nordeste e parte da região Norte (o restante da região Norte possuía apenas linhas isoladas, sem caracterizar um sistema). Em 1999 os subsistemas Sul - Sudeste - Centro-Oeste e Norte - Nordeste foram conectados através da linha de transmissão Norte-Sul I (Furnas), iniciando o processo de integração eletroenergética, hoje em pleno desenvolvimento. Tal integração objetiva promover o intercâmbio de energia entre as usinas (majoritariamente hidroelétricas), otimizando o uso dos recursos hídricos e aproveitando diferenças nos regimes pluviométricos de cada região. Pode-se afirmar, portanto, que os investimentos no segmento de transmissão são tão essenciais quanto aqueles em geração de eletricidade, com a vantagem de possuírem menores prazos de implantação e impactos ambientais. Tais investimentos ganharam vulto, contudo, após a instituição do novo modelo energético, o qual promoveu a cisão dos negócios de Geração, Transmissão, Distribuição, bem como a dissociação entre área de atuação e exploração da rede (isto é, a concessionária não está mais limitada a uma região específica de atuação).

O Segmento da Transmissão

Pelo novo modelo, as concessões das novas linhas de transmissão passaram a ser ofertadas em leilão público. Regras claras e a baixa percepção de risco por parte dos investidores levaram o recém criado setor de Transmissão a um rápido crescimento, com a entrada de novos players e uma intensa competição que tem levado a desajustes de mais de 50 %.

Com a entrada do governo Lula o modelo foi modificado através das Leis 10.847 e 10.848 de 2004. O segmento da Transmissão, contudo, foi pouco alterado. Teve como principais mudanças o gerenciamento das licitações e a permissão de concessionárias federais para concorrerem aos leilões, (desde que associadas e com participação minoritária) transferidas para o MME. Não houve modificação na essência do modelo para o segmento o qual tem, inclusive, sido tomado como exemplo de sucesso no Setor Elétrico e servido de paradigma para as reformas efetuadas no setor de Geração.

Para os próximos anos espera-se a manutenção do contínuo desenvolvimento deste setor. Já foram ofertados em leilões públicos diversos empreendimentos de transmissão de caráter estrutural que, certamente, incrementarão a capacidade de intercâmbio eletroenergético no Brasil. Recentemente, as novas obras previstas pelo planejamento de expansão da transmissão foram consolidadas pelo Ministério de Minas e Energia – MME, reforçando a expectativa de manutenção do ritmo de investimentos no setor.

A Itumbiara

A Itumbiara Transmissora de Energia S/A, foi constituída em 15 de outubro de 2.004, regime de SPE – Sociedade de Propósito Específico, e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais em Rondonópolis (MT), Araporã (MG) e Goianésia (GO), regiões estratégicas para operação e manutenção de suas instalações. Em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 373.710.000, dividido em 373.710.000 ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (em reais).

Acionistas	%
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99
Mrs. Ou, Cai e Qu	0,01
	100

O Objeto de nossa Sociedade é a exploração de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à disponibilização de nossa rede de transmissão de energia elétrica. Nossa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME.

No dia 04 de março de 2005, a Companhia assinou com a União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o **Contrato de Concessão nº 001/2005** – ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

- a) Instalações de transmissão em 500 kV e 230 kV, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Itumbiara, composta pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 364 km, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Ribeirãozinho, ambas no Estado do Mato Grosso; pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 242 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Intermediária, no Estado de Goiás; pela linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 202 km, com origem na Subestação Intermediária e término na Subestação Itumbiara, no Estado de Minas Gerais; pela linha de transmissão 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 3 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Barra do Peixe, ambas no Estado do Mato Grosso;
- b) Entradas de linhas pela transformação 500/230 kV – 750 MVA na Subestação Cuiabá, pela transformação 500/230 kV – 400 MVA na Subestação Ribeirãozinho e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

EXERCÍCIO 2010

Receita: O valor anual da receita, fixado pela ANEEL, para o período Julho 2010 - Junho 2011 é de R\$ 134.958 milhões. Tal valor é fixo, definido no Contrato de Concessão, e reajustado anualmente em 1º de Julho pela variação do IGP-M nos 12 meses findos em 31 de maio precedente ao reajuste.

A receita mensal é objeto de uma dedução de uma parcela variável, em função do tempo em que as linhas fiquem indisponíveis. No exercício de 2009 a ITE só teve uma dedução de R\$ 37.578,33 mil por este conceito, o que representa menos de 0,029% da Receita Operacional.

A ITE fatura mensalmente a todos os Usuários do Sistema Interligado pelo uso do Sistema de Transmissão da rede básica, com independência do uso específico das suas próprias instalações. Os valores devidos por cada um dos usuários são definidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”).

A título de exemplo, o número de usuários do mês de dezembro de 2010 alcançou a cifra de 202, com uma média de R\$ 988 por fatura.

Distribuição de usuários

Valor da fatura	Quantidade	Totais	Média
< 10.000	116	416	4
10.000 - 100.000	61	1.971	32
100.000 - 200.000	8	1.247	156
200.000 - 300.000	6	1.439	240
>300.000	11	6.115	556
SOMAS	202	11.188	988

A composição da tarifa em dezembro de 2010 é como segue:

Composição da tarifa	R\$ Mil
Receita Garantida	132.811
Impostos	
PIS	-2.191
COFINS	-10.094
ICMS	
Taxas	
Fiscalização	-664
P&D	-1.155
RGR	-3.321
Compensação financeira	
Custo da energia comprada para revenda	-
Encargos de uso da rede elétrica	-
Despesas de pessoal	-5.183
Outras despesas operacionais	-31.113
Tarifa bruta da concessionária	79.089

Desempenho econômico-financeiro

No exercício 2010, a ITE teve uma Receita Base Bruta de R\$ 143.539 milhões (138.761 milhões em 2009) que, após a dedução dos impostos sobre o faturamento resultou em uma receita líquida de R\$ 126.778 milhões (122.860 milhões em 2009).

O lucro operacional, EBITDA, foi de R\$ 112.729 milhões (111.637 milhões em 2009), e uma vez descontados as amortizações, as despesas financeiras e os extraordinários, obtemos um lucro antes de impostos de R\$ 72.164 milhões (101.897 milhões em 2009).

O Lucro Líquido do exercício, após a Provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi de R\$ 58.247 milhões (78.247 milhões em 2009), correspondente a R\$ 160,00 por lote de 1.000 ações do capital.

Os Principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2010 e 2009 são:

	2010	2009
• Liquidez Geral	208,85%	203,65%
• Liquidez Corrente	327,52%	317,47%
• Relação Patrimônio Líquido/Ativo Total	52,47%	51,24%
• Relação Exigível Total/Ativo Total	47,53%	48,76%
• Rentabilidade do Patrimônio Líquido (%)	11,83%	16,15%
• Relação Lucro Operacional/Patr. Líquido (%)	24,48%	23,04%
• Endividamento do patrimônio Líquido	90,57%	95,15%
• Em moeda nacional	-	83,42%
• Em cesta de moedas	-	8,31%

Valor Adicionado: Em 2010 o valor adicionado líquido gerado pela ITE foi de R\$ 140.533 mil, representando 98% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição: 4% (pessoal), 19% (governo), 41% (acionistas) e 36% (financiadores).

Distribuição de Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 50% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Responsabilidade ambiental

A ITE está operando em plena conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos, conforme determinado na Licença Ambiental de Operação nº. 578/2006 emitida pelo IBAMA.

Indicação dos Programas Ambientais Realizados no decorrer do ano de 2010

Nome do Programa	Atividades realizadas em 2010
Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental (anti-queimadas)	Sim
Programa de Controle e Prevenção de Processos Erosivos e Recuperação de Áreas Degradadas	Sim
Programa de Monitoramento de Fauna	Sim
Programa de Compensação Ambiental	Sim
Programa de Poda e Corte Seletivo	Não

Resumo das Atividades

a) Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental anti-queimadas

Este Programa é realizado todos os anos com objetivo de conscientizar a população de entorno sobre os perigos das queimadas. Há dois tipos de campanhas anti-queimadas, as quais são alternadas de ano em ano. Uma delas é chamada Completa que consiste na apresentação de palestras para os proprietários e alunos do entorno do empreendimento, colocação de cartazes, spots em rádios locais, distribuição de kits (caderno, lápis, canetas, gíbi para crianças e calendário para adultos, camisetas, bonês, garrafinha de água, sacola e imã de geladeira) e distribuição de panfletos educativos. Nas palestras, é desenvolvida uma brincadeira com perguntas voltadas para os temas Preservação Ambiental, Os Males causados pelas Queimadas e Desenvolvimento Sustentável. Os participantes que acertam as perguntas recebem como brinde uma caneca.

O outro tipo de campanha é a Simples, que consiste na colocação de cartazes, distribuição de kits e folder educativo e spots em rádios locais. No ano de 2010 foi realizada a campanha do tipo simples durante o período de julho a outubro.

Para os dois tipos de campanha, foi realizado um concurso de desenho e redação para as escolas da região. O tema foi o slogan da campanha: “Evite queimadas, promova a vida”. Aos vencedores foram distribuídos prêmios como bicicletas, computadores e jogos educativos com o tema de desenvolvimento sustentável.

b) Programa de Controle e Prevenção de Processos Erosivos e Áreas Degradadas

A ITE realizou em 2010 as seguintes ações preventivas e corretivas no âmbito deste programa:

- Contenção de erosão em vias de acesso e área de torres,
- Em 2011 estão previstas atividades de recuperação de voçorocas

Todas as atividades foram devidamente fotografadas, consolidadas e encaminhadas ao órgão ambiental.

c) Programa de Monitoramento de Fauna

Este programa iniciou-se na fase de construção das Linhas e terá continuidade para os grupos de avifauna (durante dois anos) e entomofauna (durante um ano) em atendimento à condicionante específica 2.11 da LO. A campanha de entomofauna foi realizada no período de 18/04/2009 a 26/04/2009. Foi elaborado um relatório final consolidado que foi entregue em maio de 2009 e posteriormente protocolado no órgão ambiental.

A primeira campanha de avifauna ocorreu no período de 26/03/2009 à 06/04/2009 e a segunda campanha foi realizada no período de 05/10/2009 à 16/10/2009. As últimas campanhas, terceira e quarta, ocorreram respectivamente nos períodos de 06/04/2010 à 15/04/2010 e 01/10/2010 à 10/10/2010. Este programa ambiental foi finalizado no ano de 2010.

d) Programa de Compensação Ambiental

O Termo de Compromisso de Compensação Ambiental firmado entre o ICMBio e ITE, foi formalizado e encaminhado através do Ofício 224/2009/CGFIN/DIPLAN/ICMBio em 30/09/2009. O processo de formalização e assinatura do Termo de Compromisso foi publicado pelo IBAMA no D.O.U. de 02/10/2009. As Unidades de Conservação contempladas com o Termo de Compromisso foram as federais: Parque Nacional da Chapada dos Guimarães e ESEC Taiaimã, totalizando o valor de R\$ 1.500.000,00. O valor foi depositado na CAIXA mês a mês em conta de Compensação Ambiental em nome da Linha de Transmissão Itumbiara – Cuiabá. Foram 10 parcelas fixas de R\$ 150.000,00, sendo o último depósito feito em julho de 2010. O ICMBio emitiu Termo de Quitação da Compensação Ambiental em 04/11/2010. Este Programa está encerrado na esfera federal. Para as Unidades de Conservação municipais e estaduais, serão firmados Termos de Compromisso com os órgãos ambientais responsáveis pela gestão das mesmas no ano de 2011.

A tabela a seguir mostra as Unidades de Conservação escolhidas pelo IBAMA para receberem o benefício e os valores destinados a cada uma.

Unidade Beneficiada	Gestor da UC	EA	UF	Valor Destinado (R\$)
APA Municipal Aricá – Açú	SEMA	MUN	MT	125.000,00
APA Chapada dos Guimarães	FEMA	EST	MT	200.000,00
Parque Estadual das Águas Quentes	FEMA	EST	MT	50.000,00
APA do Ribeirãozinho e Alcantilados do Araguaia	SEMA	MUN	MT	125.000,00
Parque Nacional da Chapada dos Guimarães	ICMBio	FED	MT	1.000.000,00
ESEC Taiaimã	ICMBio	FED	MT	500.000,00
TOTAL				2.000.000,00

Legenda: UC – Unidade de Conservação EA – Esfera Administrativa: Federal, Estadual ou Municipal UF – Unidade Federativa.

e) Programa de Poda e Corte Seletivo

No ano de 2010 não foi realizado o corte seletivo da vegetação.

Pesquisa e desenvolvimento

Em 2010 a ITE concluiu 5 projetos, referente aos ciclo 2006-2007. Esses projetos, listados a seguir, foram executados em forma cooperativa com as empresas CPTE, ETEE, ETIM, PPTE e VCTE:

- Impacto do tratamento criogênico profundo nas propriedades físicas e mecânicas de ligas Al de uso em LTs e SEs (UnB / Krytox)
- Projeto de protótipo de baixo custo de sensor de correntes elétricas elevadas em fibra óptica (PUC-Rio / Lupatech)
- Inibição corrosão em torres de transmissão de energia com nanotinta de TiO2 (UFRJ)
- Desenvolvimento de sistema de controle meteorológico do campo de vento LTs da PPTE (UFRJ)
- Desenvolvimento de um sistema de alerta para condições sistêmicas anormais (UFRJ)

Responsabilidade Social

Neste exercício de operação da ITE ficou nítido o papel social da Concessionária. A característica linear de suas instalações implica em penetração regional significativa, representando uma abrangência social como poucas outras instalações podem propiciar. Assim, ciente de sua responsabilidade social, a ITE tem gerenciado seu orçamento sempre buscando as oportunidades de investimentos sociais, esgotando e utilizando todos os incentivos sócios culturais permitidos pela legislação vigente. O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado no Balanço Social da concessionária.

Projetos Culturais - Lei Rouanet

União da Ilha – Carnaval 2010

Desfile da Escola de Samba União da Ilha do Governador no Rio de Janeiro em 2010 com o tema “Dom Quixote de La Mancha – O Cavaleiro dos Sonhos Impossíveis”; Motivação: participação, fidelização e integração dos funcionários.; Local: Rio de Janeiro; Valor: R\$ 20.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010

Ser Nobre é ter Identidade

Ampliar e dar continuidade ao projeto Ser Nobre é Ter Identidade que pesquisa a identidade cultural de cidades históricas brasileiras, valorizando a promoção de seu patrimônio material e imaterial e registrando a proposta em diários.; Motivação: Brinde de Natal; Valor: R\$ 20.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010; **Isso Aqui Não é Gotham City**

Dois apresentações do Grupo Primeiro Ato em Brasília com um espetáculo que transporta para o palco quadros e takes dançados, inspirados no mundo das histórias em quadrinhos e dos desenhos animados. A busca de um objeto surpreendente reúne os mais diversos tipos, de origens e raças diferentes, numa arriscada aventura, reproduzindo o submundo de uma metrópole imaginária.; Motivação: relacionamento institucional (ONS, ANEEL, IBAMA, Furnas, Eletronorte e outros) e funcionários Plena.; Local: Rio de Janeiro; Valor: R\$ 30.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010

Clássicos e Samba

Trata-se de um espetáculo no Theatro Municipal do Rio de Janeiro em torno de compositores populares que levaram o samba ao classicismo do gênero.

O programa será comemorativo do cinquentenário de Brasília, do centenário de Noel Rosa e de Adoniram Barbosa, com arranjos “de casaca” para músicas destes compositores, comemorando também o glamour do novo Theatro Municipal recém-restaurado.; Motivação: relacionamento institucional (ONS, ANEEL, IBAMA, Furnas, Eletronorte e outros) e funcionários Plena.; Local: Rio de Janeiro; Valor: R\$ 70.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010

Cinemagia – Cinema Itinerante

Evento de cinema itinerante, com toda infra-estrutura própria, para exibição pública em 05 (cinco) cidades a serem definidas pelo cliente. Todas as exibições são gratuitas e serão distribuídas pipocas aos espectadores também gratuitamente; Motivação: interação e bom relacionamento com as comunidades próximas às LTs.; Locais: 15 municípios de MT e GO; Valor: R\$ 80.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010.

União da Ilha – Carnaval 2011

Desfile da Escola de Samba União da Ilha do Governador no Rio de Janeiro em 2011 com o tema “Ela é insulana por NATUREZA. Já foi domingueira, mística, curiosa, nostálgica, carnavalesca, assombrosa, profana, biriteira, circense, mágica, mandingueira, infantil e por fim: AVENTUREIRA.”; Motivação: participação, fidelização e integração dos funcionários.; Local: Rio de Janeiro; Valor: R\$ 7.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2011

Salgueiro

Desfile da Escola de Samba Salgueiro no Rio de Janeiro em 2011 com o enredo: Noite de estréia. A agitação na porta do cinema revive os tempos de glamour da eterna Cinelândia. Uma multidão se aglomera para ver de perto os astros da superprodução salgueirense que entra em cartaz depois de um ano de filmagens. Todos prontos? Vai começar a sessão!; Motivação: participação, fidelização e integração dos funcionários.; Local: Rio de Janeiro; Valor: R\$ 58.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2011.

Natal no Campus - UNIFEI

Abrir as portas da Universidade Federal de Itajubá para a comunidade, sempre ao final do ano, por ocasião das festas natalinas. O objetivo é criar um festival contando com apresentação de orquestra sinfônica, grupos de dança, grupos de teatro, apresentações musicais, apresentações de grupos corais, oficinas de criação artística, para um grande público.; Motivação: acordo de mútuo apoio das entidades.; Local: Itajubá; Valor: R\$ 15.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010

Projetos Esportivos (Lei de Incentivo ao Esporte)

Copa Brasil de Tênis de Mesa

Produção de uma etapa do Circuito Copa Brasil (1a de 3 etapas) com 500 competidores nacionais de Tênis de Mesa. Simultaneamente, apresentação do evento Rei das Américas, competição entre os 4 melhores competidores brasileiros e 4 campeões panamericanos no esporte. Em paralelo, é feito o treinamento de professores da rede pública de escolas da cidade envolvida e a posterior doação das mesas de competição para estas escolas.; Motivação: divulgação da imagem da Stategrid associada ao apoio à educação esportiva básica.; Local: Rio de Janeiro; Valor: R\$ 60.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2011

Projetos Sociais (FIA)

Escola de Educação Infantil Campinho da Paz

Implementar ensino regular de educação infantil, com material pedagógico moderno e de qualidade; Aulas de educação física, judô, idioma estrangeiro, musicalização, acompanhamento médico e odontológico; Acompanhamento da família beneficiária com palestras educativas e noções de cidadania, ética, respeito ao próximo, saúde, preservação ambiental e outros temas afins.; Motivação: condicionante de compromisso ambiental.; Local: Batatais - SP; Valor: R\$ 4.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010

Profissionalização e capacitação de adolescentes e adultos deficientes

Dar continuidade aos trabalhos de profissionalização de excepcionais alunos da APAE Batatais. Os trabalhos exploram as habilidades manuais dos envolvidos e são eitos a partir de uma pré-seleção das habilidades individuais. Motivação: condicionante de compromisso ambiental.; Local: Batatais; Valor: R\$ 4.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais agradecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, usuários, entidades financeiras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Empresa e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2011.

A Administração



DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL DE 2010 E 2009 (Não Auditado)

1) Base de Cálculo		2010		2009				4) Indicadores Ambientais (Relacionados com a operação da empresa)		Valor (R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
		Valor	%Sobre FPB	Valor	%Sobre FPB	Valor	%Sobre RL								
Receita Líquida (RL)		126.778		122.860				Em Programas e/ou projetos externos		0			0	0,00%	0,00%
Resultado Operacional (RO)		112.730		111.637				Desapropriação de terras		0			0	0,00%	0,00%
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		3.339		4.009				Total dos Investimentos em Meio Ambiente		2.000			0	0,00%	0,00%
								Total					0	0,00%	0,00%
2) Indicadores Sociais Internos		Valor	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor	%Sobre FPB	%Sobre RL	5) Indicadores do Corpo Funcional		Valor	Valor				
Alimentação		207	6,20%	0,16%	190	4,74%	0,15%	Empregados no final do período		56	54				
Encargos sociais compulsórios		1.250	37%	0,99%	1.038	25,88%	0,84%	Escolaridade dos empregados							
Previdência privada		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	Superior e extensão universitária		10	12				
Saúde		269	8,06%	0,21%	269	6,71%	0,22%	2º grau		40	27				
Capacitação e desenvolvimento profissional		32	0,96%	0,03%	32	0,80%	0,03%	1º grau		6	15				
Outros		44	1,30%	0,03%	44	1,09%	0,04%	Faixa etária dos empregados							
Vale Transporte		11	0,33%	0,01%	11	0,28%	0,01%	Abaixo de 30 anos		24	18				
Total - Indicadores Sociais Internos		1.813	54,29%	1,43%	1.584	39,50%	1,29%	De 30 até 45 anos (exclusive)		29	9				
								Acima de 45 anos		3	27				
								Admissões durante o período		1	6				
								Mulheres que trabalham na empresa		1	5				
								% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres		0%	-				
								% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes		0%	-				
								Negros que trabalham na empresa		4	11				
								% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros		0	-				
								Portadores de deficiência física		0	-				
								Dependentes		17	59				
3) Indicadores Social Externos		Valor (R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial		2010	2009				
Educação		8	0,01%	0,01%	0	0,00%	0,00%	Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		17	14				
Cultura		360	0,32%	0,28%	0	0,00%	0,00%	Número total de acidentes de trabalho		0	0				
Total - Indicadores Sociais Externos		368	0,33%	0,29%	0	0,00%	0,00%	Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos		(x)	(x)				
Total de contribuições para sociedade		0	0,00%	0,00%	40.182	35,99%	32,71%	Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos		(x)	(x)				
Tributos-excluídos encargos sociais		0	0,00%	0,00%	40.182	35,99%	32,71%	A participação nos lucros ou resultados é definida		(x)	(x)				
								Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa		(x)	(x)				
								Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa		(x)	(x)				
										(x)	(x)				

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Nota	2010	2009	01/01/2009		Nota	2010	2009	01/01/2009
			(Reapresentado)	(Reapresentado)				(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo					Passivo				
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	45.282	30.098	34.224	Fornecedores		488	779	2.746
Concessionárias e permissionárias	5	15.709	14.243	13.380	Empréstimos e financiamentos	9	-	42.423	44.957
Estoques		791	780	-	Contas a pagar - partes relacionadas		6.927	-	-
Adiantamento a fornecedores		25	-	-	Empréstimos - partes relacionadas	12	42.350	-	-
Impostos a recuperar	6	13.239	10.128	13.589	Impostos e contribuições sociais		10.628	12.008	244
Contas a receber - ativo financeiro	7	134.113	132.811	126.242	Taxas regulamentares	10	2.722	2.444	2.794
Outros créditos		791	1.716	2.531	Dividendos propostos		-	-	2.631
		209.950	189.776	189.966	Outros passivos circulantes		987	2.124	1.578
Ativo não circulante							64.103	59.778	54.950
Títulos e valores mobiliários		-	23.233	29.184	Passivo não circulante				
Outros créditos		-	15	-	Empréstimos e financiamentos	9	-	360.217	423.547
Contas a receber - ativo financeiro	7	706.345	696.919	690.969	Empréstimos - partes relacionadas	12	327.757	-	-
Impostos a recuperar	6	15.270	28.806	39.234	Outras provisões - medidas compensatórias	11	2.075	3.229	3.749
Intangível		6.960	6.637	6.644	Provisão para contingências	14	2.718	-	-
		728.575	755.610	766.031	Impostos diferidos		49.396	37.697	26.406
Total do ativo		938.525	945.386	955.997	Outros passivos não circulantes		-	30	-
							381.945	401.173	453.702
					Patrimônio líquido	13			
					Capital social		373.710	373.710	373.710
					Reservas de lucros		134.829	20.888	7.700
					Reserva legal		7.634	4.722	810
					Ajuste de avaliação patrimonial		(23.696)	(11.291)	-
					Lucros acumulados		-	96.406	65.125
							492.476	484.435	447.345
					Total do passivo e do patrimônio líquido		938.525	945.386	955.997

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Total				
	Capital social subscrito	Legal	Dividendos retidos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	abrangente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2008	373.710	810	7.700	-	65.125	65.125	447.345
Ajuste de prática contábil	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2008 (reapresentado)	373.710	810	7.700	-	65.125	65.125	447.345
Dividendos propostos de exercício anterior	-	-	(7.700)	-	-	-	-
Aumento e Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	78.247	78.247	78.247
Constituição de reserva legal	-	3.912	-	-	(3.912)	(3.912)	-
Ajuste de prática contábil	-	-	-	(11.291)	-	(11.291)	(11.291)
Dividendos propostos	-	-	20.888	-	(20.888)	(20.888)	-
Dividendos retidos	-	-	-	-	(22.166)	(22.166)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	373.710	4.722	20.888	(11.291)	96.406	85.115	484.435
Dividendos propostos de exercício anterior	-	-	(20.888)	-	-	-	(20.888)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	58.247	58.247	58.247
Ajuste de prática contábil	-	-	-	(12.405)	-	(12.405)	(12.405)
Constituição de reserva legal	-	2.912	-	-	(2.912)	(2.912)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(16.912)	(16.912)	(16.912)
Dividendos retidos	-	-	134.829	-	(134.829)	(134.829)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	373.710	7.634	134.829	(23.696)	-	(23.696)	492.477

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Nota	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		58.247	78.247
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		-	-
Juros e variações monetárias dos empréstimos		34.711	16.050
Depreciação e amortização		7	3
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5	298	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias		(1.466)	(863)
Outros créditos		915	812
Tributos e contribuições compensáveis		10.424	13.890
Contas a receber ativos financeiro		(10.728)	(12.519)
Estoques		(12)	(50)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(290)	(1.967)
Tributos e contribuições sociais		(1.378)	11.764
Partes relacionadas		(6.897)	15
Taxas regulamentares		277	(350)
Ajustes com implantação do IFRIC 12		(308)	(255)
Outras contas a pagar		430	35
Caixa gerado pelas atividades operacionais		98.024	104.812
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado (ativo financeiro) - intangível		(323)	(478)
Títulos e valores mobiliários		23.233	5.951
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		22.910	5.473
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos captados		368.838	-
Empréstimos e financiamentos pagos		(436.084)	(81.915)
Dividendos distribuídos pagos		(38.504)	(32.496)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(105.750)	(114.411)
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes		15.184	(4.126)
Saldo inicial de caixa e equivalentes		30.098	34.224
Saldo final de caixa e equivalentes	4	45.282	30.098
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes		15.184	(4.126)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação, apresetado em reais)

	2010	2009
		(Reapresentado)
Receita operacional líquida	126.778	122.860
Custo da operação	(6.217)	(9.517)
Pessoal	(3.275)	(2.861)
Material	(435)	(494)
Serviços de terceiros	(2.980)	(3.681)
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica	(664)	(631)
Arrendamentos e alugueis	(542)	(588)
Custo de construção e outras	1.679	(1.262)
Lucro operacional bruto	120.561	113.340
Despesas operacionais	(7.832)	(1.703)
Pessoal e administradores	(1.908)	(1.700)
Outras	(5.924)	(3)
Lucro antes do resultado financeiro	112.729	111.637
Resultado financeiro	(40.566)	(9.743)
Receita financeira	9.765	6.496
Receitas de aplicações financeiras	4.370	6.479
Variações monetárias ativas	4.344	-
Outras receitas financeiras	1.051	17
Despesa financeira	(50.330)	(16.239)
Variações monetárias passivas	(3.687)	23.876
Juros	(35.368)	(39.926)
Outras despesas financeiras	(11.275)	(189)
Lucro antes dos impostos	72.164	101.897
Imposto de renda e contribuição social	(13.917)	(23.650)
Lucro líquido do exercício	58.247	78.247
Lucro líquido por ação - R\$	0,16	0,21

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais) (Não Auditado)

	Nota	2010	2009
RECEITAS DE USO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO		143.539	138.761
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços		(5.140)	(4.855)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outras		(5.441)	(4.175)
Outros		(2.183)	(1.262)
VALOR ADICIONADO BRUTO		130.776	128.469
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO		(7)	(3)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	9	130.768	128.466
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras		9.765	6.496
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		140.533	134.962
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal			
Remunerações diretas		4.431	2.743
Benefícios		494	1.599
FGTS		258	219



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 2008 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE" ou "Companhia"), companhia privada de capital fechado, foi constituída em 21 de outubro de 2004 e está estabelecida na Av. Marechal Câmara, 160 - sala: 1534, Centro, Rio de Janeiro, com três filiais, localizadas em Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, Araporã, no Estado de Minas Gerais, e Goianésia, no Estado de Goiás. A Companhia iniciou suas operações em 30 de novembro de 2007 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Em 30 de setembro de 2004, a Elecnor S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no *Diário Oficial da União* de 3 de fevereiro de 2006.

No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Contrato de Concessão nº 001/2006 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

(i) Instalações de transmissão em 500 kV e 230 kV, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Itumbiara, compostas pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 364 km, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Ribeirãozinho, no Estado do Mato Grosso;

(ii) Pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 242 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Intermediária, no Estado de Goiás;

(iii) Pela linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 202 km, com origem na Subestação Intermediária e término na Subestação Itumbiara, no Estado de Minas Gerais;

(iv) Pela linha de transmissão 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 3 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Barra do Peixe, ambas no Estado do Mato Grosso.

(v) Entradas de linha pela transformação 500/230 kV - 750 MVA na Subestação Cuiabá, pela transformação 500/230 kV - 400 MVA na Subestação Ribeirãozinho e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$98.747 (valor histórico). A RAP será corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a receita anual permitida será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 25 de junho de 2009, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 843, estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$ 129.542 para o período de 1º de julho de 2009 a 30 de junho de 2010.

Em 29 de junho de 2010, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.021/2010, estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$ 134.958 para o período de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2011.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Em 15 de dezembro de 2010, foi concluído o processo de venda da Companhia pertencente as Companhias Isolux Corsan S.A., Lintran do Brasil Participações S.A. e Elecnor Transmissão de Energia S.A. à companhia State Grid Brazil Holding S.A., subsidiária do Grupo State Grid, localizado em Pequim, na República Popular da China.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram autorizadas pela Administração em 04 de fevereiro de 2011.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), os comunicados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com outras normas emitidas pela ANEEL, especificamente para as concessionárias do setor elétrico brasileiro.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, não superior a um ano. Vide nota 2.14, com os detalhes das estimativas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas abaixo:

2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

2.2. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Receita operacional

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1, a Companhia reconhece como receita no resultado a Receita Anual Permitida (RAP), ajustada mensalmente pelo ONS por meio dos avisos de crédito que servem de base para emissão das faturas aos usuários de sua linha de transmissão. A RAP foi definida para os primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial, do período de 30 anos da concessão e, no período restante, esta sofrerá redução de 50%. Em 2009, foi aprovado o Pronunciamento ICPC 01 - Contratos de Concessão, que será adotado pela Companhia a partir do exercício de 2010. Entre os principais impactos que a adoção do ICPC 01 trará, está a mudança do atual procedimento contábil do reconhecimento da receita a partir dos avisos de crédito emitidos pelo ONS.

2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. São classificados como empréstimos e recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para negociação. Tais instrumentos são mensurados pelo seu valor justo a cada data de balanço, tendo como contrapartida o resultado de exercício. O valor de mercado dos instrumentos financeiros é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.6. Concessionárias e permissórias

Destinam-se à contabilização dos critérios referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência, bem como de outros créditos assemelhados. Inclui a contabilização, entre outros, dos créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber foi efetuado conforme determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

2.7. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

2.8. Ativo financeiro

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008 e 611, de 22 de dezembro de 2009, que aprovam respectivamente o CPC 04 - Ativos Intangíveis e o ICPC 01 - Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de

reposição. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente.

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infra-estrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.9. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.11. Tributação

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) às alíquotas de 7,6% e 1,65%;
- Reserva Geral de Reversão (RGR) ao valor mensal fixado pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixada pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Medida Provisória nº 449/08, exercício de opção este que deverá ser manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2010 - ano base de 2009.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo; e
- Sobre ajustes efetuados por diferenças entre a prática contábil anterior e os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

2.12. Taxas regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas transmissoras de energia elétrica com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pelas companhias em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3% de sua receita bruta anual.

A Companhia vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da taxa de fiscalização descrita anteriormente.

2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da Administração da Companhia é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas



A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

2.15. Compromissos com o meio ambiente

Medidas compensatórias - O valor da compensação ambiental da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ainda não foi oficialmente definido pelo Órgão Ambiental do Estado de Minas Gerais, tendo em vista o disposto na Lei 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09. A Administração da Companhia, baseada no entendimento de seus assessores jurídicos, interpreta que o valor da compensação será estipulado em torno de 0,5% do valor do empreendimento, valor compatível com o provisionado.

A Administração da Companhia adotou como prática contábil o reconhecimento dessa provisão ao término da construção da linha de transmissão, sendo o débito registrado como custo de imobilizado e incluído no processo de unitização dos bens.

2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.17. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado considerando o número médio ponderado de ações ordinárias em vigor durante o ano, de acordo com o CPC 41 (IAS 33).

3. Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BR GAAP).

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi emitida no Brasil na forma da ICPC 01 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em dezembro de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data. A ICPC 01 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

O IFRIC 12 é aplicável à Companhia e está sendo adotado em 2010, com efeitos retroativos à data de constituição da Companhia. Assim, as demonstrações financeiras dos exercícios anteriores estão sendo reapresentadas, sendo definido 1º de janeiro de 2009 como a data de transição.

O valor justo do ativo financeiro está sendo revisado anualmente, considerando a atualização pelo IGPM. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial. Na data da revisão tarifária da Companhia, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários. De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com o seguinte modelo contábil do ativo financeiro. Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas), sendo que a Companhia adotou 1 de janeiro de 2009 como data de transição. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010.

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, incluindo a reconciliação do resultado do exercício de 2009, com aquelas adotadas na apresentação das informações financeiras comparativas estão descritas a seguir:

3.1. Balanço de abertura em 1 de janeiro de 2009

Balanço patrimonial	01/01/2009 (Original)	Ajustes	01/01/2009 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante	63.724	126.242	189.966
Caixa e equivalente de caixa	34.224	-	34.224
Concessionárias e permissionárias	13.380	-	13.380
Impostos a recuperar	13.589	-	13.589
Contas a receber - ativo financeiro	-	126.242	126.242
Outros créditos	2.531	-	2.531
Ativo não circulante	800.742	(34.711)	766.031
Títulos e valores mobiliários	29.184	-	29.184
Contas a receber - ativo financeiro	-	690.969	690.969
Impostos a recuperar	39.234	-	39.234
Imobilizado gerador de RAP	725.680	(725.680)	-
Intangível	6.644	-	6.644
Total do ativo	864.466	91.531	955.997
Passivo			
Passivo circulante	54.950	-	54.950
Fornecedores	2.746	-	2.746
Empréstimos e financiamentos	44.957	-	44.957
Impostos e contribuições sociais	244	-	244
Taxas regulamentares	2.794	-	2.794
Dividendos propostos	2.631	-	2.631
Outros passivos circulantes	1.578	-	1.578
Passivo não circulante	427.296	26.406	453.702
Empréstimos e financiamentos	423.547	-	423.547
Outras provisões - medidas compensatórias	3.749	-	3.749
Impostos diferidos	-	26.406	26.406
Patrimônio líquido	382.220	65.125	447.345
Capital social	373.710	-	373.710
Reservas de lucros	5.879	1.421	7.700
Reserva legal	-	810	810
Lucros acumulados	2.631	62.494	65.125
Total do passivo e do patrimônio líquido	864.466	91.531	955.997

3.2. Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009

Balanço patrimonial	31/12/2009 (Original)	Ajustes	31/12/2009 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante	56.965	132.811	189.776
Caixa e equivalente de caixa	30.098	-	30.098
Concessionárias e permissionárias	14.243	-	14.243
Estoques	780	-	780
Impostos a recuperar	10.128	-	10.128
Contas a receber - ativo financeiro	-	132.811	132.811
Outros créditos	1.716	-	1.716
Ativo não circulante	763.963	(8.353)	755.610
Títulos e valores mobiliários	23.233	-	23.233
Outros créditos	15	-	15
Contas a receber - ativo financeiro	-	696.919	696.919
Impostos a recuperar	28.806	-	28.806
Imobilizado gerador de RAP	705.272	(705.272)	-
Intangível	6.637	-	6.637
Total do ativo	820.928	124.458	945.386
Passivo			
Passivo circulante	59.778	-	59.778
Fornecedores	779	-	779
Empréstimos e financiamentos	42.423	-	42.423
Impostos e contribuições sociais	12.008	-	12.008
Taxas regulamentares	2.444	-	2.444
Outros passivos circulantes	2.124	-	2.124
Passivo não circulante	363.476	37.697	401.173
Empréstimos e financiamentos	360.217	-	360.217
Outras provisões - medidas compensatórias	3.229	-	3.229
Impostos diferidos	-	37.697	37.697
Outros passivos não circulantes	30	-	30
Patrimônio líquido	397.674	86.761	484.435
Capital social	373.710	-	373.710
Reservas de lucros	3.076	17.812	20.888
Reserva legal	-	4.722	4.722
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(11.291)	(11.291)
Lucros acumulados	20.888	75.518	96.406
Total do passivo e do patrimônio líquido	820.928	124.458	945.386

3.2. Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009

O efeito da mudança de prática contábil relacionada à implantação do IFRIC 12 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi o seguinte:

Lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 segundo as práticas contábeis anteriores	45.320
(+) Reversão da depreciação do imobilizado	20.153
(+) Custo de construção	255
(+) Variação na receita operacional bruta	12.519
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	78.247

3.3. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

□ **IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada)** - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

□ **IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração** - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

□ **IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo** - Esta alteração aplica-se apenas a aquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

□ **IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital** - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações financeiras.

□ **Melhorias para IFRS** - O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

- IFRS 3 - Combinação de negócios.
- IFRS 7 - Divulgação de Instrumentos Financeiros.
- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto em suas demonstrações financeiras. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração da Companhia, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2010	2009	01/01/2009
			(Reapresentado)
Caixa	10	10	12
Bancos	303	467	239
Aplicações financeiras de liquidez imediata	44.969	29.621	33.973
	45.282	30.098	34.224

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em Fundos de Investimento de Títulos Públicos multipatrocinados. Esses fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer momento e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem, nas datas dos balanços, o valor de mercado.

5. Concessionárias e permissionárias

	2010	2009	01/01/2009
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
A vencer	14.981	14.076	13.284
Vencidas até 30 dias	634	-	-
Vencidas até 60 dias	54	31	3
Vencidas até 90 dias	40	9	2
Vencidas há mais de 90 dias	298	127	91
	16.007	14.243	13.380
PProvisão para devedores duvidosos (PDD)	(298)	-	-
	15.709	14.243	13.380

A Companhia monitora suas contas a receber em atraso, sendo o saldo da provisão para devedores duvidosos em 31 de dezembro de 2010 registrados com base na análise do índice de inadimplência da companhia e por valores em aberto há mais de 90 dias. Tal critério foi adotado a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

A movimentação do saldo da provisão para devedores duvidosos foi a seguinte durante os exercícios de 2009 e 2010:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	-
(+) Complemento PDD	298
(-) Baixas ocorridas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	298

6. Impostos a recuperar

	2010	2009	01/01/2009
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante			
PIS a compensar - ativo imobilizado	1.940	1.640	1.700
COFINS a compensar - ativo imobilizado	9.748	7.686	7.825
Outros	1.551	802	4.564
	13.239	10.128	13.589
Não circulante			
PIS a compensar - ativo imobilizado	2.868	5.149	6.997
COFINS a compensar - ativo imobilizado	12.402	23.657	32.237
	15.270	28.806	39.234

Os créditos de PIS e COFINS são oriundos das aquisições de bens do ativo permanente, durante o período de construção da Itumbiara Transmissora de Energia S.A., conforme facultam as Leis nº 10.833/03 e nº 10.865/04. Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de PIS e COFINS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia estima a realização do ativo de acordo com a despesa esperada nos seguintes exercícios:

	PIS/COFINS
2012	11.843
2013	3.427
	15.270

7. Contas a receber - ativo financeiro

A rubrica de contas a receber - ativo financeiro origina-se da aplicação da interpretação técnica - ICPC 01 - Contrato de concessão e da orientação técnica OCPC 05 - Contratos de concessão, conforme mencionado na nota explicativa 3.

O montante total de R\$ 840.458 (sendo R\$ 134.113 no ativo circulante e R\$ 706.345 no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2010), foi calculado retroativamente ao início do período de concessão e entrada em operação das linhas de transmissão da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foi retroativamente registrado, totalizando R\$ 829.730 e R\$ 817.211, respectivamente.

8. Títulos e valores mobiliários

O saldo dessa rubrica referia-se ao depósito vinculado para garantia do pagamento do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) conforme composição adiante. Durante o prazo do contrato, a Companhia teve que manter em favor do BNDES uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

O contrato com o BNDES foi quitado integralmente em dezembro de 2010. Com a liquidação do contrato, o montante disponível em tal rubrica foi recuperado pela Companhia.

9. Empréstimos e financiamentos

Os saldos em 31 de dezembro são compostos como se segue:

	2010	2009	01/01/2009
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
BNDES - Direto - moeda nacional	-	166.834	183.579
BNDES - Repasse - moeda nacional	-	167.665	184.495
BNDES - Direto - moeda estrangeira	-	33.160	49.141
BNDES - Repasse - moeda estrangeira	-	33.337	49.405
Juros a pagar	-	1.644	1.884
Total de empréstimos e financiamentos	-	402.640	468.504
Passivo circulante	-	42.423	44.957
Passivo não circulante	-	360.217	423.547

As características do empréstimo são como se segue:

BNDES - TJLP - Providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incide a taxa efetiva de juros de 3% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos



recursos. O prazo de amortização é de 168 meses, com início em 15 de novembro de 2008 e término em 15 de outubro de 2022.

Durante o mês de dezembro de 2010, a Companhia, como parte do processo de transição de controle acionário (vide nota explicativa 1), efetuou a liquidação do empréstimo existente com o BNDES. Com isso, qualquer cláusula contratual referente a atendimento de índices financeiros, cauções, penhores e cartas de fiança dadas em garantia foram automaticamente canceladas.

10. Taxas regulamentares

Os saldos em 31 de dezembro estão demonstrados a seguir:

	2010	2009	01/01/2009
	(Reapresentado) (Reapresentado)		
Correntes			
Quota de Reserva Global de Reversão (RGR)	755	875	1.027
Taxa de fiscalização - ANEEL (TFSEE)	1.738	1.410	1.615
P&D	229	159	152
	2.722	2.444	2.794

De acordo com a Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem recolher para crédito da RGR a quota anual que lhe for atribuída por definição da ANEEL. Essa quota é definida com base em 2,5% do investimento (saldo do imobilizado líquido da depreciação acumulada) pro rata tempore, observado o limite de 3% das receitas, a serem pagas em 12 parcelas mensais.

A Companhia vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da taxa de fiscalização descrita anteriormente. Divergências entre o valor provisionado e o valor pago permanecem no passivo da Companhia até que seja emitido despacho complementar por parte da ANEEL para pagamento.

11. Outras provisões - medidas compensatórias

O Contrato de Concessão nº 003/2006, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, determina que a Concessionária deve envidar esforços no sentido de minimizar danos à flora e à fauna existentes ao longo da faixa de domínio das linhas de transmissão por ocasião da sua implantação e durante o período de concessão, tendo em conta a observância dos compromissos e responsabilidades definidas nos documentos de licenciamento ambiental.

A Companhia está operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo aos requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais, visando mitigar e compensar os impactos, conforme determinado na Licença Ambiental de Operação no 726/2008 emitida pelo IBAMA em 30 de setembro de 2008.

Em 31 de dezembro de 2010 o saldo da provisão ambiental é de R\$2.075 (R\$ 3.229 em 31 de dezembro de 2009). A Administração da Companhia, baseada na opinião dos assessores legais, entende que não há previsão de atualização monetária para essa provisão enquanto não houver assinatura do Termo de Compromisso com o IBAMA, o que não havia ocorrido até a data do balanço. Além disso, a provisão está mantida no passivo não circulante por não haver expectativa de desembolso no próximo exercício.

12. Empréstimos - partes relacionadas

Empresas	Natureza da operação	2010		2009 (reapresentado)	
		Ativo	Passivo Resultado	Ativo	Passivo Resultado
State Grid Brazil Holding S.A.	Contas a pagar	-	6.927	6.927	-
State Grid Brazil Holding S.A.	Empréstimo	-	370.107	949	-

A Companhia formalizou em 15 de dezembro de 2010, contrato de empréstimo com seu acionista controlador State Grid Brazil Holding S.A., no valor máximo de R\$ 370.000. Sobre o principal da dívida incide a taxa de juros de 10% ao ano. Os juros devem ser amortizados trimestralmente com início em 15 de março de 2011 e o saldo remanescente a pagar deve ser amortizado em 30 de novembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo do empréstimo estava segregado entre R\$ 42.350 no passivo circulante e R\$ 327.757 no passivo não circulante.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$373.710, dividido em 373.710.000 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

Em 15 de dezembro de 2010, os acionistas Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A., Isolux Energia e Participações S.A. decidem efetuar a venda da integralidade de ações ordinárias nominativas em seu poder à sociedade State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH), sociedade controlada pelo Grupo State Grid, com matriz em Pequim, República Popular da China.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2010, a SGBH passa a ser a acionista majoritária da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 373.710, dividido em 373.710.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	Ações ordinárias subscritas e integralizadas	
	2010	2009
State Grid Brazil Holding S.A.	373.709.994	-
Lintran do Brasil Participações S.A.	-	124.569.998
Elecnor Transmissão de Energia S.A.	-	124.569.998
Isolux Energia e Participações S.A.	-	124.569.998
Membros do Conselho de Administração	6	6
	373.710.000	373.710.000

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

b) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos de exercícios anteriores a 2010 foram calculados com base no lucro líquido do exercício ajustado anterior à aplicação da prática contábil mencionada na nota explicativa 3.

	2010
Lucro líquido do exercício	58.247
Reserva legal (5%)	(2.912)
Base de cálculo para os dividendos	55.335

c) Dividendos

O saldo total do lucro do exercício remanescente após a constituição da reserva legal em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 55.335, foi registrado como dividendos retidos no patrimônio líquido. Adicionalmente, o saldo remanescente de lucros acumulados de exercícios anteriores também foi registrado como dividendos retidos. A decisão sobre a destinação final do valor de dividendos a ser pago ou outra eventual destinação será efetuada em assembléia de acionistas durante 2011.

14. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária, cível, trabalhista e outros, surgidos no curso normal dos seus negócios e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos.

A Companhia registra provisão para contingências para processos considerados como expectativa de perda provável, conforme abaixo:

	2010	2009	01/01/2009
	(Reapresentado) (Reapresentado)		
Tributária	2.718	-	-
	2.718	-	-

Adicionalmente, a Companhia possui processos com expectativa de perda possível, para os quais não foi regis-

trado provisão para contingências. Tais processos estão sumariados a seguir.

□ Processos de natureza tributária, com valores estimados em R\$ 1.365; e

□ Processos de natureza cível com valores aproximados de R\$ 1.460.

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008 a Companhia não possuía processos com expectativa de perda provável e, desta forma, não possuía provisão para contingências registrada.

15. Instrumentos financeiros

15.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	2010			2009 (reapresentado)			01/01/2009 (reapresentado)		
	Recebi-veis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebi-veis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebi-veis	A valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros									
Caixa e equivalentes de caixa	-	45.282	45.282	-	30.098	30.098	-	34.224	34.224
Concessionárias e permissionárias	16.007	-	16.007	14.243	-	14.243	13.380	-	13.380
Contas a receber - ativo financeiro	840.458	-	840.458	829.730	-	829.730	817.211	-	817.211
	856.465	45.282	901.747	843.973	30.098	874.071	830.591	34.224	864.815

Em 2010, 2009 e 2008, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os principais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	2010	2009	01/01/2009
	(Reapresentado) (Reapresentado)		
Fornecedores	488	779	2.746
Empréstimos e financiamentos	-	402.640	468.504
Contas a pagar - partes relacionadas	6.927	-	-
Empréstimos - partes relacionadas	370.107	-	-
Impostos e obrigações fiscais	12.924	12.008	244
	390.446	415.427	471.494

Os empréstimos e financiamentos não têm negociação ativa e as taxas de juros são pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

15.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de mútuo com seu controlador.

15.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes e financiamentos e empréstimos apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

16. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados é como se segue:

	2010	2009
	Imposto de renda	Imposto de renda
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social com impacto de novas práticas contábeis	72.164	101.897
Ajustes por conta de alteração de prática contábil - Adesão ao RTT	(31.232)	(32.927)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social sem impacto de novas práticas contábeis	40.932	68.970
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(13.917)	(23.650)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições não dedutíveis	51.787	588
Exclusões não dedutíveis	(58.630)	-
Lucro real no exercício	34.089	69.558

17. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

18. Receita operacional bruta

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado iniciando pela receita líquida. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a demonstração do resultado era apresentada iniciando-se pela receita operacional bruta. Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

	2010	2009
	(Reapresentado)	
Receita operacional bruta	143.539	138.761
Receita de operação e manutenção	16.534	11.472
Receita financeira de construção e outras	127.005	127.289
Deduções da receita operacional	(16.761)	(15.901)
PIS	(2.191)	(2.083)
COFINS	(10.094)	(9.594)
Quota para RGR	(3.321)	(3.156)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.155)	(1.068)
Receita operacional líquida	126.778	122.860

19. Outras informações

A Companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.

Não ocorreram eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2010 que pudessem ter efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo naquela data.

Ramon Sade Haddad - Diretor Presidente
Ou Xiaoming - Diretor Administrativo
Marcia Cristina Marinho Pereira Gonçalves - CRC/RJ 087201/01 - Diretor Financeiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da **Itumbiara Transmissora de Energia S.A.** Rio de Janeiro, Brasil

Examinamos as demonstrações financeiras da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, foi anteriormente auditado por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 12 de fevereiro de 2010, que não conteve qualquer modificação.

Em conexão com nosso exame das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, auditamos também os ajustes decorrentes das mudanças de práticas contábeis descritos na nota explicativa 3. Em nossa opinião, tais ajustes são adequados e foram corretamente efetuados, considerando todos os aspectos relevantes. Fomos contratados somente para auditar os ajustes descritos na nota explicativa 3 e não para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras referentes aos exercícios de 2009 e sobre o balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2009 e, portanto, não expressamos opinião sobre as referidas demonstrações.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2011



ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ
Claudio Camargo
Contador CRC - 1PR 038.371/O-1 - S - RJ